XXVIII ENFERMAIO
Repercussões das mudanças climáticas no mundo e sua influência na saúde

O CUIDADO DE ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL EM COMUNIDADES CARENTES: UM ESTUDO TEÓRICO-REFLEXIVO

Emilly Pereira Cavalcante [1]

Amanda Soares Acacio [2]

Leticia de Souza Silva [3]

Yasmim Lemos Dos Santos [4]

Germana Pinheiro Correia Lima Sousa [5]

Ana Virgínia de Melo Fialho [6]

TRABALHO PARA PRÊMIO: GRADUAÇÃO - EIXO 3: ENFERMAGEM EM SAÚDE DA MULHER E SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESUMO

Introdução: Pobreza menstrual pode ser definida como o fenômeno na qual meninas, mulheres e pessoas que menstruam não conseguem convívio com recursos básicos, infraestrutura e informação sobre os cuidados necessários com seu período menstrual. **Método:** O estudo usa o modo teórico-reflexivo, pois traz conhecimento como um produto circulável e de validade mais abrangente. Os dados foram coletados na BVS (Biblioteca Virtual de Saúde), *PubMed* e *Google Scholar* com os descritores: menstruação; enfermagem; pobreza menstrual; direitos humanos; higiene menstrual e pobreza. O período de seleção dos artigos se permeia de 2020 até 2025. **Resultados e discussão**: Constatou-se limitação de fontes de estudos sobre a temática. Além da necessidade de fomentar mais pesquisas, profissionais da saúde devem educar e abordar o assunto com respeito, dando voz a esses grupos. **Considerações finais:** A equidade menstrual é uma questão de direito humano e de saúde pública, onde o profissional de enfermagem tem um papel fundamental em orientar esse grupo, para promover dignidade e bem estar de meninas, mulheres e pessoas que menstruam.

Palavras-chave: Menstruação; Enfermagem; Vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO

1. Graduanda de Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará.
2. Graduanda de Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará.
3. Graduanda de Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará.
4. Graduanda de Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará
5. Enfermeira. Mestra pela Universidade Estadual do Ceará.
6. Enfermeira. Doutora pela Universidade Estadual do Ceará.
E-mail do autor: emilly.pereira@aluno.uece.br

ISSN: 24465348

Pobreza menstrual pode ser definida como o fenômeno na qual meninas, mulheres e pessoas que menstruam não conseguem desempenhar hábitos de higiene adequados relacionados à menstruação devido à falta de recursos básicos, infraestrutura e informação. Esse problema é ignorado ou considerado distante da realidade do Brasil, erroneamente associado apenas a países extremamente pobres (Fundo de População das Nações Unidas, 2021). Esse cenário desafiador da pobreza menstrual acarreta problemas de saúde física, mental e emocional para as pessoas afetadas. Além disso, o forte estigma que envolve a menstruação impede que o tema seja livremente abordado em diferentes contextos (Ferreira *et al*., 2023).

Por sua vez, saúde menstrual engloba o bem-estar biopsicossocial integral associado ao ciclo menstrual, transcendendo a compreensão baseada apenas na ausência de doenças. O desconhecimento sobre o cuidado da saúde menstrual pode afetar indivíduos independentemente de sua condição socioeconômica. A falta de acesso a produtos essenciais para a higiene menstrual adequada pode decorrer do pensamento equivocado de absorventes como itens dispensáveis ou ainda porque, em geral, meninas de 10 a 19 anos frequentemente não possuem autonomia financeira para a aquisição desses insumos, sobrando pouca ou nenhuma renda destinadas esse fim (Fundo de População das Nações Unidas, 2021).

Além disso, o estigma em torno da menstruação, presente em muitas culturas e crenças, resulta em consequências negativas, como a ausência do diálogo sobre o tema e a dificuldade de acesso a informações de suma importância sobre a fisiologia menstrual, cuidados corporais e práticas adequadas para o manejo do ciclo menstrual. Dessa forma, o acesso à educação em saúde menstrual pela população jovem se apresenta como uma estratégia promissora para a desconstrução desses estigmas e discriminação, além de colaborar com a identificação precoce de agravos, como dismenorreia e endometriose. No entanto, o letramento dessa população tem se mostrado inadequado e insuficiente para suprir as necessidades informacionais das jovens em escala global (Oliveira *et al.*, 2023).

Assim, nota-se a promoção da saúde menstrual como um tema de crescente relevância nos debates de saúde global, além de ter adquirido notável importância política nos últimos anos (Ferreira *et al.*, 2023).

Nesse contexto, surge o debate sobre o cuidado de enfermagem na promoção da saúde menstrual em comunidades carentes. Esse estudo teórico-reflexivo objetiva tecer reflexões

sobre a dignidade menstrual e como o cuidado de enfermagem pode promover a saúde menstrual em comunidades com pouco ou nenhum acesso a produtos e informações.

MÉTODO

O presente estudo teórico-reflexivo, pois traz o conhecimento como produto circulável e de validade mais abrangente (Brandão *et al*., 2017). Com uma abordagem qualitativa e exploratória que transmite uma investigação segura acerca do tema favorecido, por meio de análise criteriosas de diversas literaturas.

A pergunta de pesquisa foi desenvolvida por meio da utilização da estratégia PICo, que refere-se como: P - para População ou Problema de pesquisa, I - para Fenômeno de interesse e Co - para Contexto (Araújo, 2020). Na presente reflexão, considerou-se que "P" representa a população no geral, "I" atuação dos enfermeiros na promoção do acesso a informações sobre saúde menstrual e "Co" sendo comunidades carentes. Nesse sentido, a questão de pesquisa formulada foi: " Como os enfermeiros podem atuar na promoção do acesso a informações sobre saúde menstrual em comunidades carentes? ".

Foram utilizadas as seguintes ferramentas para obtenção de conteúdo fornecido: *website*, bibliotecas virtuais, tais como: BVS (Biblioteca Virtual de Saúde), PubMed, Google Scholar, e descritores do DECS: menstruação (period/menstruation); enfermagem (nursing); pobreza menstrual (period poverty OU menstrual poverty); direitos humanos (human rights); higiene menstrual (menstrual hygiene); pobreza (poverty), que auxiliaram na busca dos artigos. Os trabalhos também passaram por revisão e seleção quanto ao período, a maioria consta com uma média de 2018 até 2025, para que contemplasse o tema.

Os critérios de inclusão adotados para esse trabalho foram: estudos publicados sem marco temporal, disponibilizados de maneira gratuita e artigos disponíveis em Língua Portuguesa, Inglesa e Hispânica. Os critérios de exclusão foram: artigos duplicados e estudos que não respondiam a pergunta elaborada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise da literatura, nota-se como a pobreza menstrual é um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional, com relevante impacto na vida de mulheres e pessoas que menstruam (Ferreira *et al*, 2023). A Pobreza menstrual é vista como tabu em

meio a sociedade, decorrente de questões históricas. Algumas civilizações acreditavam que a mulher menstruada estava com um “espírito maligno”, impedindo a sua entrada em templos religiosos, considerado algo impuro, sujo e degradante (Siqueira et al., 2022).

Nos dias atuais, como tantas outras questões ligadas à natureza feminina, percebe-se que a menstruação ainda carrega consigo um considerável estigma social, tal qual, devido à manifesta desigualdade social no Brasil, ainda mais em comunidades carentes, nota-se que a questão da menstruação, quando associada à pobreza financeira, tem desígnios ainda mais desidiosos, que se vinculam a outros aspectos problemáticos, como: a falta de saneamento básico adequado, de abastecimento de água potável, de acesso a banheiros com privacidade, da própria não obtenção de produtos menstruais e de higiene pessoal, bem como produzem reflexos que prejudicam a vida profissional e o acesso à educação (Bussinger; Salvador, 2022).

O acesso a elementos fundamentais para o manejo da higiene menstrual saudável é considerado condição básica para saúde, mobilidade e dignidade de pessoas que menstruam. Dentre esses elementos estão a água, saneamento e produtos de higiene, traduzidos do acrônimo em inglês *Water, Sanitation and Hygiene* (WASH). É recomendável que estes elementos estejam disponíveis nas instalações sanitárias, garantindo oportunidade de troca de produtos menstruais (absorventes), bem como local adequado para o descarte destes produtos e disponibilidade de água para higiene íntima e das mãos (Fundo de População das Nações Unidas, 2021).

No que se refere ao papel da Enfermagem, a Educação Popular tem permitido aos enfermeiros incorporar os aspectos da subjetividade dos indivíduos, além de oferecer oportunidades de potencializar construções e experiências coletivas e inovadoras do modelo tradicional de educar (Alvim; Ferreira, 2007). A educação em saúde pode ser feita individualmente e coletivamente de uma forma que estimule a participação da população e do profissional da saúde e é essencial que seja ensinado para meninas antes mesmo da menarca os sentimentos e desconfortos que uma mulher é exposta durante a menstruação, além de métodos para lidar com eles e com a higiene adequada, principalmente, para conferir autonomia em saúde à população.

Dentre os inúmeros temas que podem ser abordados nas atividades de educação em saúde destaca-se o comprometimento com as questões sociais e com as lutas pelos direitos de

grupos sociais, como mulheres e pessoas que menstruam em comunidades carentes a respeito do direito a uma saúde menstrual digna (Brasil, 2007; Barreto *et al.*, 2019; Unimed, 2024).

Além da educação em saúde, ao prestar assistência à comunidades carentes a respeito da saúde menstrual, os profissionais de Enfermagem devem ter uma preparação a respeito de como abordar o assunto e dar voz às suas fraquezas, dores, sofrimentos psíquicos e dificuldades, principalmente durante o período menstrual e sua condição de vida.(Brilhante, *et al*., 2019). O enfermeiro como promovedor da saúde deve lançar mão de recursos para a proteção e promoção da saúde desses indivíduos, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que objetiva integrar as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, e visa providenciar condições para atender contingências sociais e garantir a universalização dos direitos sociais. Sendo um dos seus públicos usuários da PNAS, indivíduos em situação de vulnerabilidade que utilizam estratégias diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Brasil, 2004).

Durante a discussão dos artigos, percebeu-se a limitação de estudos que tratassem acerca da temática, notando-se a necessidade de fomentar pesquisas nessa área. Além disso, houve um importante destaque sobre a ausência de políticas públicas que possam combater a desigualdade de gênero que se tornou uma dificuldade na realidade das mulheres e de pessoas que menstruam em comunidades carentes que enfrentam barreiras de acesso a informações, as condições socioeconômicas tem um grande impacto na saúde menstrual, o que acarreta a precariedade menstrual dessa população.

A Enfermagem pode exercer um papel fundamental na promoção à saúde menstrual. A educação em saúde é uma ferramenta eficaz, com foco na propagação de informações sobre saúde e manejo do período menstrual, autocuidado e promoção da naturalização da menstruação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perpetuação do fenômeno da pobreza menstrual em mulheres em situação de vulnerabilidade, como aquelas pertencentes a comunidades carentes, revela a necessidade de uma atuação direta dos governantes no investimento de recursos e capacitação de profissionais da saúde quando se trata de necessidades básicas. Isso se dá a partir da disponibilidade de absorventes, assim como a orientação acerca da higiene íntima. Entende-se

que a saúde menstrual é um direito social, diretamente afetada pelas condições socioculturais como renda, acesso à informação e a produtos básicos.

A equidade menstrual é uma questão de direitos humanos e saúde pública, e o enfermeiro tem um papel fundamental em garantir a orientação de mulheres e pessoas que menstruam, ultrapassando as barreiras históricas geradas ao decorrer do tempo ao se tratar sobre a menstruação. Articular um discurso que fomente a credibilidade para a população a cerca de uma discussão apropriada para ajudar a diminuir estereótipos ultrapassados, tratando o assunto cientificamente, ajudar a entender os direitos no acesso a produtos de básicos de higiene menstrual e dando prioridade à saúde da mulher (Nascimento, 2022). Dessa forma, os enfermeiros, em conjunto às autoridades, podem colaborar para que a dignidade e bem estar de meninas, mulheres e pessoas que menstruam se torne uma realidade.

REFERÊNCIAS

ALVIM, N.A.T.; FERREIRA, M.A. Perspectiva problematizadora da educação popular em saúde e enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 16, n. 2, p. 315-319. abr./jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v16n2/a15v16n2.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

ARAÚJO, W. C. O. Recuperação da informação em saúde: construção, modelos e estratégias. **ConCl: Conv. Ciên. Inform**, v. 3, n. 2, p. 100-134, maio/ago. 2020. Acesso em: 29 de mar. 2025.

BRANDÃO, M. A. G. *et al*. Reflexões teóricas e metodológicas para a construção de teorias de médio alcance de enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 26, n. 4, p. 1-14, 2017.

BARRETO, A. C. O. *et al.* Percepção da equipe multiprofissional da Atenção Primária sobre educação em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. 1, p. 266-273, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de educação popular e saúde.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRILHANTE, A. V. M. *et al.* Narrativas autobiográficas de mulheres com endometriose: que fenômenos permeiam os atrasos no diagnóstico? **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29:e290307, n. 3, p. 1-18, 2019.

BUSSINGUER, E. C. A.; SALVADOR, R. L. O impacto da pobreza menstrual e da desinformação na dignidade da pessoa humana e no direito à saúde das mulheres no Brasil. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 1, p. 49-64, 2022. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/8728. Acesso em: 25 mar. 2025.

DIAS, E. S. M. *et al*. Roda de conversa como estratégia de educação em saúde para a enfermagem. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 10, n. 2, p. 379-384, 2018.

FERREIRA, F. S. R. *et al.* Repercussões da pobreza menstrual para as mulheres e pessoas que menstruam: revisão integrativa. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 37:e52708, p. 1-15, 2023.

Fundo de População das Nações Unidas. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Pobreza menstrual no Brasil: desigualdade e violação de direitos. Brasília (DF): UNFPA/UNICEF, 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos. Acesso em: 25 mar. 2025.

NASCIMENTO, J. F. M. **O papel da enfermagem na desmistificação de estigmas sobre a menstruação.** 2022. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/4163. Acesso em: 25 mar. 2025.

OLIVEIRA, V. C. *et al*. Menstrual hygiene access and practices in Latin America: scoping review. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** v. 31:e4029, p. 1-10, 2023. Acesso em: 25 mar. 2025.

SIQUEIRA, Aloine *et al*. A precariedade menstrual: um tabu a ser quebrado. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 13, ed. esp., p. 1-5, 2022.

Disponível em: https://revista.faema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/984/870. Acesso em: 25 mar. 2025.

UNIMED. Menarca: sinais e cuidados com a primeira menstruação. **Viver Bem**, 30 abr. 2024. Disponível em: https://viverbem.unimed.coop.br/familia-em-foco/infancia-e-adolescencia/menarca-sinais-e-cuidados-com-a-primeira-menstruacao/. Acesso em: 25 mar. 2025.

ISSN: 24465348